

Ata nº4

--Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia de Nogueiró e Tenões, em Nogueiró, no edifício da Junta da União de Freguesias Nogueiró e Tenões, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--Ponto Um: **Aprovação da Ata anterior.** -----

--Ponto Dois: **Aprovação da Conta de Gerência de 2021.** -----

--Ponto Três: **Aprovação do Inventário.** -----

--Ponto Quatro: **Informações.** -----

--Estiveram presentes António Manuel Guedes Vieira, Elsa Eliana Vieira da Silva, eleitos pela Lista Independente Construir a União e Vânia Márcia Jorge Pereira Barbosa, eleita pelo Partido Socialista, respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretário da mesa da Assembleia; Ana Catarina Pereira Braga, Carla de Jesus Costa e João Luís Laranjeira Barros, também eles eleitos pela Lista Independente Construir a União; Artur Jorge Araújo Magalhães Ribeiro e António Fernando Carvalho da Cunha, eleitos pelo Partido Socialista. Estiveram também presentes os Senhores João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, Augusto Ferreira da Cunha e Patrícia da Conceição Pereira, respectivamente Presidente, Secretário e Tesoureiro da Junta da União de Freguesias de Nogueiró e Tenões. -----

--No início da reunião o Presidente da mesa da Assembleia informou que, por questões de ordem pessoal, encontravam-se ausentes Carlos Manuel Lopes Rodrigues e Francisco da Silva Gomes eleitos pela Lista Independente Construir a União que atempadamente informaram que não poderiam estar presentes. Como elementos seguintes da Lista Independente Construir a União foram convocados Ana Catarina Pereira Braga e Carla de Jesus. Também por motivos pessoais, esteve ausente Marta Isabel Pereira Espada, eleita pela Coligação Democrática Unitária, que atempadamente deu conhecimento da sua ausência. De seguida iniciou-se a ordem de trabalhos.-----

-----No período de antes da ordem de trabalhos, foi apresentado por Fernando Cunha, voto de satisfação/louvor pela subida à II divisão do campeonato nacional de futsal pela "ACD-Nogueiró e Tenões", bem como destacou o trabalho que esta entidade tem realizado com as camadas mais jovens, em termos desportivos. -----

--Ainda neste período Fernando Cunha, questionou "o que é feito do Regimento da Assembleia?" o qual em reunião de Assembleia anterior havia sido proposto para aprovação, tendo sido detetados erros na redação de alguns artigos/ordenação de alíneas e que tinha sido objeto de retificação mas que, após essa decisão não voltou a ser apresentado/analísado/discutido; fez também referência à ausência do documento, Relatório do Estatuto do Direito de Oposição, o qual pela legislação em vigor até final de março deveria ter sido apresentado para conhecimento de todos e possível retificação quanto à sua redação. -----

--Ainda neste momento, Artur Ribeiro solicitou intervenção mas pelo carácter da mesma, foi por concordância de todos os presentes reservado para o ponto quatro da ordem de trabalhos. ----

--Houve ainda intervenções por parte de João Barros, que apresentou um voto de saudação pela celebração do 25 de abril (documento em anexo a esta ata); Carla de Jesus, propôs voto de louvor pela merecida subida à II divisão do campeonato nacional de futsal pela "ACD - Nogueiró e Tenões" (documento em anexo a esta ata) e Catarina Braga, apresentou um voto de pesar pela "Guerra na Ucrânia" (documento em anexo a esta ata). Todos os votos apresentados neste período antes da ordem de trabalhos foram aprovados por unanimidade. -----

--No ponto um, Aprovação da ata anterior, Fernando Cunha interpelou os presentes, nomeadamente a Junta de Freguesia, sobre a resolução de situações pertinentes como "linha" contínua na entrada para a Chenog e Rua da Eira; a degradação do pavimento (buraco) junto à paragem dos TUB próximo da Cooperativa; a questão da fonte de "Entre Bouças" a qual continua a perder água e a queda do muro na Rua da Calçada, as quais constam na última ata da Reunião de Assembleia do passado mês de dezembro e que, contrariamente ao arranjo do aqueduto, também ele mencionado nessa mesma ata já teve resolução, estas questões passados estes quatro meses ainda aguardam por uma resolução. Deste modo, pretende saber se a Junta de Freguesia tomou medidas junto das entidades responsáveis para uma resolução destes problemas. O senhor Presidente, como resposta a esta intervenção informou que em anos anteriores era prática comum da Junta de Freguesia, proceder a uma Relação dos Ofícios elaborados e enviados para as mais variadas entidades para resolução de problemas detetados na freguesia mas que, nos últimos anos não tem preparado essa Relação. Porém, eles têm existido e devidamente enviados para as entidades a quem compete dar resposta/solução para problemas cuja resolução não depende diretamente da Junta de Freguesia, em particular,

situações da alçada das Infraestruturas de Portugal e EDP. Entidades com quem não é fácil encontrar soluções porque ambas reportam a Lisboa e somente por Ofício é possível estabelecer contato, o que atrasa todo e qualquer processo de resolução pela demora da resposta e conseqüentemente, resolução tardia do problema. Referiu que insistentemente têm seguido para estas entidades Ofícios para os problemas acima mencionados, nomeadamente para as Infraestruturas de Portugal, também foi feito o pedido (via ofício) para a conclusão do arranjo dos passeios na Rodovia, nomeadamente o do sentido ascendente, que se encontra em mau estado, mal sinalizado, pela deficiente separação entre a faixa de rodagem e o passeio propriamente dito. Comprometeu-se a facultar a Relação de Ofícios numa próxima reunião de Assembleia para conhecimento de todos da preocupação e intenção que existe para resolver problemas deste tipo que não dependem diretamente da Junta para a sua imediata resolução.--

--Relativamente à Fonte de "Entre Bouças", já mereceu análise por parte do Executivo após a chamada de atenção para o problema mas continua em estudo a resolução do mesmo, pois não está a ser fácil encontrar forma de solucionar a perda da água que é visível na Fonte. -----

--Sobre a queda do muro na Rua da Calçada, também esse mereceu atenção desde a última Assembleia porém, a solução para a sua reparação está num impasse, uma vez que há um litígio entre a AGERE e a Câmara Municipal de Braga (CMB), pois delegam mutuamente a reparação do muro. Inclusive, o Presidente enviou para a CMB uma proposta de alteração do alargamento daquela rua, uma vez que existindo a necessidade de construir o muro, tinham oportunidade de anular um recanto que atrofia a entrada para a rua, recanto esse que está constantemente sujo (lixo, dejetos...) e até pode levar a situações mais preocupantes (assalto de quem por lá passa) por ser escondido. Embora, esta proposta de ampliação da entrada da Rua da Calçada tenha sido bem recebida por parte dos Técnicos da CMB, continua este Executivo a aguardar que esta situação seja resolvida. -----

--Fernando Cunha, alertou a mesa de Assembleia que tal como estas situações foram registadas em ata anterior, também a Ata número um, continua a não ser apresentada para votação nesta Assembleia.-----

--Seguidamente, Artur Ribeiro questionou a Junta de Freguesia se num desses Ofícios enviados para as Infraestruturas de Portugal, houve referência às árvores de grande porte plantadas sobre o túnel que permite ligação para o Hotel Meliã. -----

--Em resposta a esta intervenção, o Presidente da Junta de Freguesia referiu que no Ofício enviado às Infraestruturas de Portugal, sobre a conclusão dos passeios na Rodovia, além de merecer nota introdutória com agradecimento pela reflorestação há muito desejada por este Executivo da Rodovia demonstrou preocupação com as árvores de grande porte plantadas sobre o túnel e se isso, não iria causar danos na estrutura do mesmo e se a terra existente nesse espaço verde teria a profundidade necessária para suportar raízes desse porte. Ao que a respetiva entidade respondeu que os passeios em causa se encontram em bom estado e que vão enviar uma equipa para verificar a situação da plantação das árvores sobre o túnel. Não é do conhecimento deste Executivo se essa equipa sempre se deslocou ao local nem o parecer resultante dessa ação. Após todos os esclarecimentos solicitados, foi posto a votação e aprovada com sete votos a favor e uma abstenção.-----

--No ponto dois, Aprovação da Conta de Gerência de 2021, o senhor Presidente esclareceu a mesa e todos os presentes que embora o documento proposto para aprovação neste ponto seja apenas um, ele é composto pelo Relatório de Execução Orçamental e pela Conta de Gerência de 2021. Logo de seguida, foi posto a aprovação e aprovado por unanimidade.-----

--No ponto três, Aprovação do Inventário, Fernando Cunha iniciou a sua intervenção mencionando que no seu entender (grupo parlamentar) a redação deste ponto na ordem de trabalhos, onde se lê " aprovação do Inventário" deveria ler-se " análise do inventário" uma vez que este documento não carece de aprovação da Assembleia. Reconheceu que na legislatura anterior já tinha manifestado dúvidas sobre a repetição de rubricas no Inventário e que nessa altura, o senhor Presidente tinha prestado os devidos esclarecimentos, porém referiu que não se recorda dessas mesmas explicações e questiona o porquê de existirem rubricas repetidas e outras que não estão mencionadas da mesma forma no dito documento, como por exemplo o Cemitério de Nogueiró só vir mencionado uma vez, sendo ele tão antigo.-----

--Ao que o Presidente esclareceu dizendo que o Inventário está elaborado de acordo com as exigências de cadastro do mesmo. Informou também que os bens têm números de registos únicos para evitar que surjam em duplicado, deste modo se existem bens com nomenclatura similar mas número de registo diferente, correspondem a aquisições distintas. Como acontece com o exemplo dado por Fernando Cunha, quando interveio a dada altura do esclarecimento por parte do Presidente, quando diz "terreno da Rasa - número de inventário sete" e "terreno da

Rasa - número de inventário trezentos e vinte e dois", ao que o Presidente respondeu que diz respeito efetivamente a dois lotes de terrenos distintos. Neste esclarecimento, Fernando Cunha reforçou a importância desta discussão/análise e mencionou que se a descrição dos itens/bens no Inventário fosse mais descritiva seria mais fácil identificar os mesmos, apesar de efetivamente possuírem números de registo distintos. -----

--Após os esclarecimentos prestados relativamente à repetição de bens no Inventário, Artur Ribeiro questionou se não seria útil retificar o documento que estava a ser apresentado/dado a conhecer, apesar de reconhecer ser um trabalho moroso. Ao que o Presidente respondeu que ele próprio já colocou essa questão mas que efetivamente, é obrigatória a referência no Inventário de bens que já não existem, contudo para o seu número de registo é atribuído zero anos de duração, tal como acontece com o "terreno da Rasa", já acima referido. A não inclusão de material/bens que já não existem no Inventário não é uma questão tão linear quanto possa parecer, pois havendo uma Inspeção e sendo verificada a ausência de determinado "bem" para o qual não haja referência de abate serão pedidas explicações/responsabilidades à Junta/Presidente da Junta.-----

--No ponto quatro, Informações o senhor Presidente mencionou que as mais pertinentes, no seu entender, tinham sido facultadas por escrito previamente à realização desta Assembleia e de seguida, respondeu à questão que havia sido colocada por Fernando Cunha relativamente ao Relatório do Estatuto do Direito de Oposição. Sobre este assunto, referiu que o mesmo está concluído porém, o mesmo ainda não é do conhecimento dos elementos que compõem esta Assembleia, simplesmente pelo facto de o senhor Presidente não se ter lembrado que, apesar de este documento nada implicar com o funcionamento da reunião de Assembleia, legalmente este tem um prazo para divulgação (até final de março). Como tal, os presentes ainda não se puderam pronunciar sobre o mesmo, nem propor que tal documento possa ser analisado/discutido em Reunião de Assembleia para possível revisão do seu conteúdo. Posto este esclarecimento, comprometeu-se, brevemente, a enviar para os grupos parlamentares o documento anteriormente descrito para apreciação necessária. Após esta explicação, Fernando Cunha mencionou que efetivamente não é obrigatório que este documento seja trazido a uma reunião de Assembleia, porém pode ser proposto que tal aconteça, o que só se poderá vir a verificar se o documento em si for do conhecimento de todos e a sua análise/discussão ser ou

não um ponto da ordem de trabalho de uma próxima Assembleia de freguesia. -----
---Ainda neste ponto, o senhor Presidente informou que semanalmente tem procurado os serviços da CMB para tratar de assuntos relacionados com o Parque Infantil das Carmelistas bem como, sobre a obra de requalificação do "entrada/recreio" da EB1/JI de Nogueiró, da questão da sinalética informativa a colocar nas zonas da "Montalegrense" e da "Flor da Venezuela". De seguida, Artur Ribeiro questionou este Executivo sobre qual o papel da Junta de Freguesia na apresentação, por parte da Câmara Municipal de Braga, do Projeto da Creche para inclusão no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Ou seja, perguntou concretamente se foi uma candidatura preparada pela Junta de Freguesia ou da total responsabilidade da CMB e, se foi preparada exclusivamente pela CMB, teve a Junta de Freguesia conhecimento da mesma? Como resposta às questões levantadas por Artur Ribeiro, o senhor Presidente mencionou que inicialmente foi a Junta de Freguesia quem tratou/apresentou a candidatura do Projeto da Creche ao PRR com base na documentação necessária que conseguiu reunir para tal. Porém, a dada altura do processo houve necessidade de este Executivo apresentar a titularidade do terreno destinado ao dito projeto, acreditando que o mesmo era sua propriedade, uma vez que o equipamento vizinho, Parque Infantil foi por esta Junta construído. Na procura dessa documentação, perceberam que não existia esse título de propriedade na sua posse e após, uma procura na Câmara Municipal de Braga desse documento concluíram que o terreno em causa era efetivamente da CMB. Face a esta situação, o Presidente reuniu por várias vezes com o senhor Presidente da autarquia, bem como com Técnicos e até mesmo com a senhora Vereadora da Educação e inicialmente, não recebeu por parte destes vontade em assumir a candidatura tão desejada da Creche ao PRR. Até que, o Presidente da Junta de Freguesia, numa dessas reuniões, teve necessidade de os confrontar (CMB e pelouro da Educação) com o facto de que, seria do total interesse da CMB conduzir e efetivar esta candidatura porque se não houvesse uma candidatura efetiva, a CMB teria de assumir na totalidade a verba inerente à construção do equipamento aqui em causa, sem contar com o apoio financeiro proveniente dessa candidatura. A candidatura efetivou-se e é da responsabilidade dos serviços técnicos da CMB, contudo tem tido o contributo direto do Presidente da Junta de Freguesia que até ao final do mês, em parceria com a técnica adjudada a este processo, necessita de reunir documentação em falta. Artur Ribeiro ainda solicitou esclarecimentos

sobre a requalificação da Piscina de Nogueiró, na medida em que, nas Informações cedidas pelo senhor Presidente pode ler-se "...é a obra mais complicada." Ao que o Presidente respondeu dizendo que por questões de desgaste natural do equipamento em causa, este Executivo tinha solicitado a requalificação da mesma bem como, do Parque Desportivo de Nogueiró. Conseguiu até ao último ano em que foi utilizada colmatar as recomendações feitas pelas inspeções promovidas pela ARS, nomeadamente houve necessidade de construir uma casa de banho para pessoas portadoras de deficiência e a Junta assim o fez e, com essas reparações sempre aprovadas por essa entidade sanitária foi sempre possível garantir a abertura da Piscina de Nogueiró porém, consciente que obras mais a fundo seriam necessárias de acontecer. Como tal, requereu a Requalificação deste equipamento e com a resposta do arquiteto da CMB a quem o pedido/projeto foi entregue percebeu que as obras não passariam apenas pela eliminação do "lava pés", reforço da junta do revestimento interior da Piscina mas que o mesmo dava indicação que este equipamento tinha de ser todo ele reconstruído. Isto porque está em vigor uma nova lei sobre este tipo de equipamento e como tal, ao fazer obras essa lei tem de ser aplicada e cumprida, a qual exige por exemplo, alterações nos balneários de acordo com o espelho de água inerente à Piscina em si e anular a piscina das crianças porque atualmente, pela legislação em vigor, essa tem de estar a uma distância de cinco metros da maior. Concretamente, a requalificação da Piscina implica a construção de um novo equipamento o qual está orçamentado para seiscentos e cinquenta mil euros. -----

--Relativamente ao projeto apresentado para a requalificação do Parque Desportivo, não houve qualquer reparo por parte dos serviços técnicos da CMB. Consequentemente, houve por parte deste Executivo reuniões com a Vereadora do Desporto no sentido de executar arranjos na Piscina que permitam a sua abertura neste verão, tal como tem acontecido anteriormente, uma vez que a requalificação total requer uma verba muito elevada. Esta autorização foi dada porém, uma nova situação põe em causa a abertura da Piscina para esta época balnear que é o facto de aquando da sua construção, não ter sido contemplada uma fossa cética nem um poço escoadouro da água proveniente da mesma. Tal estava a acontecer diretamente para um poço, existente num terreno nas proximidades da mesma. Esse terreno foi vendido, nele está a ser construída uma habitação particular e como tal, esta situação inerente à Piscina não pode continuar a existir e, neste momento as águas dela proveniente estão encaminhadas

diretamente para um caminho de terra. Perante esta situação, a alternativa é a construção de uma estação elevatória que canalize essas águas/saneamento para o coletor geral existente na rua da Piscina mas se a obra não se concretizar atempadamente, tal como está prometida, o Executivo não permitirá a abertura deste equipamento para este verão. -----

--Ainda sobre as Informações prestadas por escrito, Fernando Cunha questionou o número de atestados prescritos neste período e que se encontram reportados no respetivo documento e face a isso, obteve como explicação do senhor Presidente que os cento e vinte e cinco atestados de serviço público dizem respeito à ação social e os quarenta e dois reportam a serviços de expediente geral e a serviços e sistemas de comunicação. -----

--Questionou ainda se mil duzentos e trinta e cinco pagamentos efetuados, no montante de sessenta e nove mil, trezentos e vinte e cinco euros e cinquenta e um cêntimos está correto ou se não houve aqui nenhum lapso. Ao que o senhor Presidente respondeu dizendo que, esse valor apresentado corresponde ao valor retirado diretamente do programa da Tesouraria e que reporta aos pagamentos efetuados no período a que estas informações dizem respeito. Fernando Cunha, abordou ainda o valor apresentado de sessenta e quatro mil, duzentos e catorze euros relativos aos projetos da Creche e ao Parque Desportivo, questionando se esta verba já foi aprovada pela CMB, ao que o Presidente respondeu que essa quantia é débito da Câmara Municipal à Junta de Freguesia. Esclareceu ainda, que a totalidade da verba destes projetos não foi paga pela Junta apenas foi feito o pagamento obrigatório de quinze por cento do seu valor, tal como acordado no contrato de concessão dos mesmos. Mas, isto aconteceu apenas em relação ao projeto de requalificação do Parque Desportivo, uma vez que o recibo referente ao pagamento do projeto da Creche só deu entrada em Janeiro, contudo disse o Presidente que a Junta tem verba para proceder a esse pagamento. -----

--Nesta mesma intervenção, Fernando Cunha solicitou também esclarecimentos sobre a situação de "embargo" do terreno sito na Alameda do Lago em Nogueiró, se o impasse persiste ou se a situação está resolvida. Sobre isto, foi clarificado pelo Presidente que a obra em questão está embargada/não está autorizada e com intimação para retirar tudo o que foi feito indevidamente no terreno, dentro de um prazo estipulado e caso tal não seja cumprido, a Câmara assume essa reposição com custos para o particular que indevidamente ali fez obra. Deu por terminada a sua intervenção, fazendo uma ressalva para futuras reuniões de

Assembleia e, indo de encontro ao exposto na Lei da Proteção da Base de Dados, não fazer referência a nomes de Técnicos/Vereadores mas apenas aos serviços a que eles reportam e que a eles estão associados. --Foi esta Assembleia de Freguesia alertada pelo senhor Presidente que num futuro próximo a mesma terá de se pronunciar, se assim houver essa necessidade, relativamente à Lei 39/2021, a qual se refere à criação, modificação e extinção de freguesias. Deste modo, há que iniciar um processo de reflexão sobre o que ela invoca, na medida em que há prazos a cumprir, tomar uma decisão fundamentada nos prós e contras de criação/extinção de freguesias, ouvir a população, aplicar um referendo (...), de qualquer modo, esta Assembleia é o órgão legalmente capaz de tomar essa decisão. Até porque poderá eventualmente surgir um movimento da população que pretenda manter ou alterar a situação de União de Freguesias em que nos encontramos, criando duas novas freguesias, já que ambos os territórios (Nogueiró e Tenões) apresentam todos os requisitos para que tal possa acontecer. Artur Ribeiro, acrescentou que seja vantajoso para este processo enumerar as vantagens de gestão administrativa para manter o que existe ou criar duas novas freguesias, paralelamente à história de cada uma das freguesias que atualmente compõe esta união de freguesias. Situação esta que carece de apreciação por parte de todos os intervenientes aqui presentes para uma tomada de decisão conscienciosa e tendo por princípio o que de melhor se pode alcançar. -----

--No período destinado à intervenção do público, o Sr. Barroso, indo ao encontro da última intervenção do Executivo, levantou a questão relativamente à Lei 39/2021, alertando a Assembleia para a possibilidade de algum cidadão reúna o número de assinaturas necessárias para levar a discussão numa próxima reunião de Assembleia, a possibilidade de reverter a atual situação de União de Freguesias em que nos encontramos e com isso, avançar para a criação de duas novas freguesias. Congratulou também o Executivo pela iniciativa de tratar de parte da vegetação existente no separador central da faixa da estrada do Bom Jesus, pela inércia da entidade competente, as Infraestruturas de Portugal mas, alertou o mesmo para a necessidade de aparar a vegetação que é um obstáculo para quem circula no sentido descente, mais propriamente, junto ao corte para Nogueiró (próximo da imagem da Senhora do Sameiro aí existente) pela dificuldade de visão do trânsito no sentido contrário e como tal, revela-se uma situação de perigo eminente.-----

--É nada mais havendo a tratar o Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião da

